



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE “INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A DÉCADA DIGITAL” (AIDA) DO PARLAMENTO EUROPEU

Bruxelas, 8 de novembro de 2021

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- Deputado Paulo Moniz (PSD) – Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Hugo Martins de Carvalho (PSD) – Membro da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
- Deputado Luís Monteiro (BE) – Membro da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto
- Deputado José Magalhães (PS) – Membro da Comissão de Cultura e Comunicação

A assessoria à delegação foi assegurada pelos(as) Assessores(as) Parlamentares: da Comissão de Assuntos Europeus, Elodie Rocha, da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Rita Nobre, da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Filipe Xavier, e da Comissão de Cultura e Comunicação, Inês Cadete.

Da [agenda](#) da reunião, constavam os seguintes pontos:

- Boas-vindas e declarações de abertura pelo Presidente da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial e a Década Digital (AIDA) do Parlamento Europeu, Dragoș Tudorache

Dragoș Tudorache, declarou aberta a reunião interparlamentar, que se realizou em formato presencial e virtual, dando as boas vindas a todos os participantes. Saliou a importância da realização do presente debate, por um lado, devido ao papel desempenhado pelos Parlamentos nacionais na adoção e fiscalização da implementação dos atos legislativos europeus e, por outro lado, para reforçar a competitividade da UE na revolução digital. Informou que a reunião teria duas partes, a primeira dedicada ao Painel Único “Inteligência Artificial e a Década Digital” e a segunda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

parte uma sessão de encerramento, fornecendo aos participantes algumas informações técnicas.

Dita Charanzová, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, em substituição do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, destacou a importância da Inteligência Artificial (IA), cujo objetivo concreto é a tecnologia, a qual tem efeitos abrangentes na nossa sociedade. Referiu, de seguida, que tendo a pandemia acelerado a digitalização na Europa e no mundo, e sendo uma componente essencial para o crescimento económico, transição verde, inovação e autonomia europeia, reiterou o apoio do PE à abordagem da Comissão Europeia para a IA, estabelecendo os fundamentos de um ecossistema de inovação, que visem a melhoria da vida dos cidadãos, respeitando, simultaneamente, os seus direitos. Salientou, assim, a necessidade de apoiar esta transformação digital, através de um investimento maciço no setor público e privado, nomeadamente através do plano de recuperação europeu, criando regras, com destaque para o papel desempenhado pelo PE, e colaborando com todos os parceiros neste setor, designadamente reforçando a cooperação internacional.

Margrethe Vestager, Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, salientou a influência da IA em diversas áreas, desde a forma como trabalhamos, ao combate às alterações climáticas, a saúde, o combate ao terrorismo e a segurança cibernética. Defendeu, assim, a abordagem europeia apresentada, referindo que esta pode permitir criar uma Europa mais resiliente, em que os cidadãos e empresas europeias podem usufruir das vantagens da IA, colocando a tónica na excelência, por um lado, através de investimentos coordenados, e na confiança, por outro, potenciando o seu uso através da diminuição dos seus riscos, com a previsão de requisitos e obrigações essenciais e específicas. Concluiu dizendo que o objetivo é que a UE possa utilizar a IA da melhor forma possível e defendeu que o quadro jurídico proposto garante o usufruto das vantagens da AI, acautelando os respetivos riscos.

Christa Schweng, Presidente do Comité Económico e Social Europeu, frisou a importância da IA para os cidadãos e empresas europeias, em particular no contexto da recuperação da crise económica e social decorrente da pandemia de covid-19. Referindo-se à IA como instrumento essencial para a transição verde e digital, alertou para a necessidade de salvaguardar as preocupações dos cidadãos e empresas,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

nomeadamente no que diz respeito à falta de formação nesta matéria, bem como aos riscos inerentes ao seu uso, dando como exemplo as discriminações com base em características pessoais ou categorias sociais. Assim, recordou as recomendações formuladas no quadro da legislação europeia, designadamente, a necessidade de assegurar que não se verifique uma substituição do ser humano, a previsão do uso da IA em espaços públicos e privados, a proteção dos dados pessoais, com a definição de mecanismos de reclamação, e a criação de um diálogo contínuo entre as estruturas de governação, os cidadãos e a sociedade civil. Por fim, salientou a importância de assegurar que a UE seja uma força motriz nesta matéria, inclusiva, segura, sustentável e digna de confiança por parte dos cidadãos e empresas.

Intervenção dos parlamentos nacionais:

Andrej Černigoj da Assembleia nacional da República da Eslovénia, sublinhou a importância de implementar a transformação digital em todos os segmentos da sociedade, sendo a inovação a chave para várias atividades. Alertou para a necessidade de progredir no mercado de serviços digitais, designadamente no que diz respeito à formulação de regras para as plataformas digitais. Descrevendo o programa nacional para a IA da Eslovénia em áreas como a saúde, ambiente, ordenamento do território, finanças e gestão de cidades, e cujo acompanhamento é feito pelos serviços do Estado, recordou os benefícios que esta pode trazer, com recurso a uma utilização ética e com respeito pelos direitos dos cidadãos, visando a melhoria da sua qualidade de vida.

Christine Hennion, da Assembleia nacional francesa, recordou o discurso sobre o Estado da União, proferido pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que, ao referir-se ao plano de investimento Next Generation EU, frisou a importância do digital, realçando a necessidade de criar um quadro de desenvolvimento ético, com uma vertente humana, bem como de investir nas infraestruturas tecnológicas, protegendo, simultaneamente, as liberdades individuais e coletivas. Descrevendo a estratégia nacional francesa para o digital, referiu que a pandemia de Covid-19 canalizou verbas e fundos para start-ups e tecnologias de ponta. Referindo-se ao projeto de regulamento europeu sobre a IA, que dá seguimento ao DMA (*Digital Markets Act*) e DSA (*Digital Services Act*), regulamentou os mercados e seus conteúdos, protegendo também os dados. Questionou, por fim, sobre a posição dos participantes quanto à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

recomendação sobre a previsão da explicação dos algoritmos na regulamentação europeia, nomeadamente no DNA e o imperativo de transparência constante do regulamento europeu sobre IA.

André Gattolin, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, referiu que a IA transforma a sociedade, a economia e a vida das pessoas, sublinhando que o regulamento sobre IA fixa objetivos para a apropriação do digital pelo conjunto de atores da sociedade, sendo um vetor de progresso, colocando, no entanto, questões societais que merecem uma resposta a nível europeu. Deu nota da criação de um grupo de trabalho *ad hoc*, no âmbito da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, que se debruça sobre esta temática e que aguardam, na sequência do DMA e DSA, pela regulamentação complementar por setor, sobretudo no diz respeito aos dados na saúde. Realçou que estas iniciativas podem estimular o desenvolvimento na Europa de uma IA duradoura, com base na confiança e com respeito por regras éticas, alertando, no entanto, que tal não será suficiente para fazer face aos atrasos relativamente à China e aos E.U.A. Apelou, assim, a um reforço do investimento e à coordenação europeia nesta matéria, defendendo a criação de um projeto de interesse europeu e de um plano ambicioso de investigação, contribuindo para o papel liderante da UE em matéria de IA.

Jiří Dušek, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado da República Checa, destacou a proposta de regulamentação sobre IA como uma das mais importantes apresentadas, referindo que a República Checa está bem ciente das oportunidades da IA, nomeadamente em matéria de gestão de dados, sistemas de aprendizagem automática, como também dos seus desafios, referindo a criação de perfis de forma obscura e sem controlo e a sua utilização para fins publicitários e de manipulação da opinião pública. Concluiu, dizendo que a sua estratégia nacional para a IA tem por base um plano coordenado, a cooperação com o setor privado, *start-ups* e PME's, e a criação de um centro para uma IA sustentável e responsável.

Debate entre deputados europeus da AIDA e deputados de parlamentares nacionais (com a presença da Representante da Comissão Europeia, Lucilla Sioli, Directora, DG CNECT)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

No período de debate que se seguiu, os Deputados ao Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais realçaram a aceleração da transformação digital com a pandemia da COVID-19, o que se revela como uma oportunidade para fomentar a recuperação económica europeia e promover a liderança da UE nesta matéria, colmatando lacunas, apoiando pequenas e médias empresas, aumentando o investimento em infraestruturas digitais, constituindo, ainda, uma força motriz para o emprego, gerando novos postos de trabalho (Marion WALSMANN, Parlamento Europeu). Salientou-se a relevância de um quadro regulamentar sobre a inteligência artificial, baseada em regras comuns e sua execução efetiva (Lukas SAVICKAS, *Seimas* lituano; Maria Manuel LEITÃO MARQUES, Parlamento Europeu), com confiança e transparência, mas também equilibrado e uniforme, reforçando, assim, a competitividade da UE face à China e aos E.U.A. (Ronja KEMMEER, *Bundestag* alemão; Kristina SINEMUS, *Bundesrat* alemão). Vários oradores, descrevendo as suas estratégias nacionais para a IA, defenderam o recurso à tecnologia, assente em três desafios essenciais: o tecnológico (inteligência artificial), o ético e o normativo (Olivia Maria DELGADO, Senado espanhol), visando a simplificação de processos de trabalho, sem a substituição da vertente humana e sem colocar em causa os direitos laborais, respeitando ainda os direitos e liberdades dos cidadãos e a proteção dos dados pessoais (Stefan SCHENNACH, *Bundesrat*, austríaco; Kyriakos HADJIYANNI, Câmara dos Representantes do Chipre).

Alguns oradores questionaram sobre a forma de conseguir garantir os direitos fundamentais e uma supervisão efetiva (Jeroen RE COURT, *Eerste Kamer*, Países Baixos), tendo sido sublinhada a importância de assegurar uma abordagem que vise a excelência e a confiança, nomeadamente através de definição de mecanismos de recurso/reclamação para os utilizadores que se sintam lesados (Malcolm BYRNE, *Houses of the Oireachtas*, República da Irlanda). Outros referiram a importância da transparência dos algoritmos, designadamente no seu funcionamento, assim como a questão do reconhecimento facial nos espaços públicos, o qual pode ser um instrumento útil em certas áreas, alertando-se para a necessidade de proteger os dados pessoais, nomeadamente com o seu uso em locais públicos. (Albert VICAI RE, Câmara dos Representantes da Bélgica).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

O Senhor Deputado **Paulo MONIZ** (PSD) da Assembleia da República, realçou a necessidade da soberania digital europeia para responder ao domínio e avanço inegáveis da China e dos EUA. Referiu a possibilidade da Europa se constituir como um *hub* digital para os grandes cabos submarinos, no interior e exterior da UE, criando um espaço Schengen digital, de partilha de informação. Sublinhou, ainda, os direitos, liberdades e garantias individuais, em particular, a liberdade de informação, o não controlo do *media* e a proteção dos utilizadores, destacando as questões de ética na dimensão digital, com a criação de um quadro normativo que proteja a cidadania europeia, numa liderança inovadora a nível mundial. Concluiu, frisando a necessidade de apoio urgente na capacitação das pequenas e médias empresas, enquanto força motriz da economia, criadoras de produtos e mais próximas dos consumidores, através de formação intensiva e avançada.

O Senhor Deputado **José Magalhães** (PS) da Assembleia da República, deu nota da aprovação da Carta Portuguesa de Direitos Fundamentais na Era Digital, onde a questão da IA é tratada, sendo um instrumento normativo único na UE até este momento. Referiu que, no entanto, há um longo caminho a percorrer em matéria regulatória, sendo essencial o regulamento que está a ser atualmente elaborado pelas Instituições Europeias. Realçou a manifestação, durante o debate, de posições contra o reconhecimento facial em locais públicos, mas não contra biometria, informando que Portugal foi um dos países que utilizaram cedo e bem a biometria, por exemplo, nos passaportes eletrónicos de primeira geração e outras aplicações do mesmo tipo, o qual se revela agora essencial, nomeadamente os candidatos de asilo cumprirem o Pacto de Asilo e Migrações. Salientou que Portugal tem investido dinheiro na formação, designadamente, num programa designado *INCoDe.2030*, mas refere que é necessário investir mais, utilizando o Plano de Recuperação e Resiliência, para recuperar o atraso. Alertou para que, neste momento, nos EUA fala-se em *metaverse* e na internet de nova geração, que exige uma regulação especial, sublinhando que a UE precisa de um investimento sério e de uma uniformização real, sob pena de se perder esta batalha.

Em resposta às questões colocadas no debate, **André Gattolin**, referiu que a questão da inteligência artificial pressupõe uma resposta forte no plano económico e também no plano dos valores e dos métodos que devem ser utilizados. No que concerne à competição internacional, referiu que se trata de uma preocupação para todos, sendo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

importante que a Europa determine setores de aplicação da inteligência artificial da melhor forma possível, referindo que seria interessante definir uma reflexão mais setorial, nomeadamente, a sua utilização nos domínios da agricultura e das pescas, onde pode conduzir a uma melhoria em termos de produtividade e competitividade, elementos essenciais na transição ecológica. **Andrej Černigoj** realçou a relevância da realização deste debate, o qual deve ser continuado, sublinhando a importância de se concretizar tão rapidamente quanto possível a transformação digital, para fortalecer a confiança dos cidadãos. Realçou, ainda, a necessidade de uma alfabetização digital dos nossos cidadãos, que deve começar na mais tenra idade. **Lucilla Sioli**, destacou a necessidade de apoiar as pequenas e médias empresas em matéria de sistemas de IA, visando a sua inovação e melhorando a sua competitividade. Salientou, ainda, os benefícios que pode trazer o recurso à IA em áreas como a agricultura e na saúde, sublinhando a necessidade de definir regras comuns que validem o uso de IA de alto risco, dando nota que a Comissão Europeia se encontra a preparar uma proposta para trabalhadores em plataformas, e de promover a confiança dos cidadãos e a cooperação entre os Estados-Membros.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Axel Voss, membro da Comissão AIDA do Parlamento Europeu e Relator do relatório que contém recomendações à Comissão sobre o regime de responsabilidade civil aplicável à inteligência artificial, mencionou os progressos que a IA pode conduzir em áreas como o clima e a saúde, contribuindo para o reforço do potencial de crescimento da UE, alicerçada numa vertente humana, na confiança dos cidadãos, enquanto utilizadores, mas também com limites, frisando a necessidade de criar uma caixa de ferramentas, que mantenha um equilíbrio entre a utilização da IA e os seus riscos. Congratulando-se pelas medidas adotadas pelos Estados-Membros, realçou a importância de um quadro comum, sobretudo na esfera da concorrência, para fazer face aos avanços da China e dos E.U.A. D relatório elaborado, destacou a necessidade de a UE ser um líder global na inteligência artificial, através da definição de um roteiro comum que contenha pontos essenciais, como as oportunidades e os desafios, tendo por base a perspetiva humanista, criando uma agenda digital, que permita garantir o desenvolvimento digital com estruturas sustentáveis e duradouras.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Comissão de Cultura e Comunicação

Alertou, assim, para a necessidade de haver uma consciencialização política relativamente à IA como um instrumento essencial para o avanço da UE no mundo digital global, destacando os pontos comuns apontados das estratégias nacionais dos Estados-Membros, designadamente, a visão humanista, a convergência da ciência e da tecnologia, a tónica na educação, o apoio às pequenas e médias empresas, a necessidade de fundos adequados e de uma regulamentação adequada.

Conclui, referindo-se à visita realizada por membros da Comissão AIDA aos E.U.A, na semana anterior, que permitiu perceber que existe uma convergência encorajadora na base, uma compreensão em termos de democracia e de direitos fundamentais, sendo necessário discutir a metodologia, e defendeu a continuação da cooperação com todos os parceiros internacionais.

Dragoș Tudorache, Presidente da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial e a Década Digital (AIDA) do Parlamento Europeu, destacou os pontos comuns apresentados pelos Parlamentos Nacionais das estratégias nacionais para a IA, assentes numa visão humanista. Sublinhou a necessidade absoluta de mais investimento, educação, apoios para as pequenas e médias empresas, uma política industrial sólida, fundos e uma regulamentação adequada. Por fim, encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

Assembleia da República, x de novembro de 2021.

O Chefe da Delegação da Assembleia da República,

(Paulo Moniz)